

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, agosto de 2012

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2012	30/06/2011		Nota	30/06/2012	30/06/2011
Ativo Circulante		20.248.948	13.178.654	Passivo Circulante		28.271.430	12.233.283
Disponibilidades	4	86.655	86.807	Depósitos		27.528.501	11.727.871
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.d	9.817.263	1.498.295	Depósitos à Vista		3.867	5.170
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		9.817.263	1.498.295	Depósitos Interfinanceiros	15.d	27.524.634	11.722.701
Relações Interfinanceiras	5	1.139	2.340.184	Outras Obrigações		742.929	505.412
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		1.139	2.340.184	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.757	12.099
Operações de Crédito	6	8.159.646	7.323.037	Sociais e Estatutárias		5.144	4.234
Sector Privado		8.550.253	7.555.902	Fiscais e Previdenciárias	11	546.353	376.434
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(390.607)	(232.865)	Diversas	12	185.675	112.645
Outros Créditos		2.082.122	1.904.953				
Rendas a Receber	7	18.242	7.684				
Créditos Tributários	8	466.150	350.297				
Diversos	8	1.630.711	1.569.199				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(32.981)	(22.227)				
Outros Valores e Bens		102.123	25.378	Passivo Exigível a Longo Prazo		15.744.609	11.552.908
Despesas Antecipadas		102.123	25.378	Depósitos		15.610.456	11.432.382
Ativo Realizável a Longo Prazo		24.847.468	11.589.051	Depósitos Interfinanceiros	15.d	15.610.456	11.432.382
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.d	7.727.570	988.749	Outras Obrigações		134.153	120.526
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		7.727.570	988.749	Fiscais e Previdenciárias	11	92.528	55.597
Operações de Crédito	6	15.092.345	9.435.367	Diversas	12	41.625	64.929
Sector Privado		15.832.266	9.862.845				
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(739.921)	(427.478)				
Outros Créditos		1.366.692	970.256				
Créditos Tributários	7	837.193	636.625				
Diversos	8	610.572	376.409				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(81.073)	(42.778)	Patrimônio Líquido		14	1.168.735
Outros Valores e Bens		660.861	194.679	Capital Social:			
Despesas Antecipadas		660.861	194.679	De Domiciliados no País		726.561	726.561
Permanente		88.358	60.900	Reservas de Lucros		494.953	315.853
Imobilizado de Uso	9	29.604	27.184	Prejuízos Acumulados		(52.779)	-
Outras Imobilizações de Uso		29.604	27.184				
(Depreciações Acumuladas)		(32.168)	(27.613)				
Intangível	10	58.754	33.716				
Outros Ativos Intangíveis		58.754	33.716				
(Amortizações Acumuladas)		(17.746)	(10.242)				
Total do Ativo		45.184.774	24.828.605	Total do Passivo		45.184.774	24.828.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro 2010	726.561	15.290	214.699	-	956.550	
Lucro Líquido	-	-	-	99.704	99.704	
Destinações:						
Reserva Legal	-	4.985	-	(4.985)	-	
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	(13.840)	(13.840)	
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	40.440	(40.440)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	40.439	(40.439)	-	
Saldos em 30 de Junho 2011	726.561	20.275	295.578	-	1.042.414	
Saldos em 31 de Dezembro 2011	726.561	32.665	462.288	-	1.221.514	
Prejuízo	-	-	-	(52.779)	(52.779)	
Saldos em 30 de Junho 2012	726.561	32.665	462.288	(52.779)	1.168.735	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2012 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 14 de agosto de 2012.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Aymoré CFI, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2012, estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

g.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Aymoré CFI. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

1) Plano de Benefícios a Funcionários - Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação ou constitutiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido não são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.

1) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo.

As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Aymoré CFI na reunião realizada em 14 de agosto de 2012.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades no valor de R\$ 86.655 (30/06/2011 - R\$ 86.807) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$ 43.000 (30/06/2011 - R\$ 92.000).

5. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados basicamente por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios e adicionais sobre depósitos interfinanceiros.

6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	30/06/2012	30/06/2011
Operações de Crédito	24.382.519	17.418.747
Empréstimos e Títulos Descontados	12.256	36.170
Financiamentos	24.370.263	17.382.577
Outros Créditos	1.778.596	1.562.250
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾ (Nota 8)	1.778.596	1.562.250
Total	26.161.115	18.980.997
Circulante	10.084.343	9.056.947
Longo Prazo	16.076.772	9.924.050

⁽¹⁾ Referem-se a créditos adquiridos de lojas.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2012	30/06/2011
Vencidas	660.775	406.038
A Vencer:		
Até 3 Meses	3.786.674	2.780.107
De 3 a 12 Meses	6.297.669	6.276.840
Acima de 12 Meses	15.415.997	9.518.012
Total	26.161.115	18.980.997

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2012	30/06/2011
Sector Privado		
Indústria	75.189	66.902
Comércio	746.430	619.078
Instituições Financeiras	3.162	2.027
Serviços e Outros	725.040	601.156
Pessoas Físicas	24.611.294	17.691.834
Total	26.161.115	18.980.997

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	Carteira de Créditos			Provisão Requerida		
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	30/06/2012	30/06/2011
AA	-	193.393	-	193.393	205.980	-	-
A	0,5%	21.882.150	-	21.882.150	16.083.510	109.411	80.418
B	1%	74.653	1.008.053	1.082.706	754.098	10.827	7.541
C	3%	172.148	964.323	1.136.471	855.000	34.094	25.650
D	10%	1.985	453.786	455.771	297.866	45.577	29.786
E	30%	963	286.923	287.886	165.012	86.366	49.503
F	50%	1.330	247.348	248.678	141.422	124.339	70.711
G	70%	485	184.247	184.732	105.657	129.313	73.960
H	100%	1.957	687.371	689.328	372.452	6	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são:

PIS e Cofins - R\$ 390.973 (30/06/2011 - R\$ 228.862): a Aymoré CFI ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$ 91.013 (30/06/2011 - R\$ 54.867): a Aymoré CFI ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) A Aymoré CFI não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível significativos.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2012 e 2011, é composto por 287.706.670 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 31 de março de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2011, no valor de R\$ 13.840 (R\$ 0,00004810 em reais por ação e R\$ 0,00004089 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 1 de abril de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2012, no valor máximo de R\$ 10. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

No primeiro semestre de 2012 e 2011, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Aymoré CFI, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Aymoré CFI;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 287.706.670 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	86.561	-	86.667	-
Banco Santander ⁽⁶⁾	86.561	-	86.667	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	17.544.833	684.412	2.487.044	441.467
Banco Santander ⁽⁶⁾	17.544.833	684.412	2.487.044	441.467
Rendas a Receber de Serviços Prestados	17.033	45.511	5.402	9.725
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ^{(3) (7)}	16.305	44.216	3.516	7.890
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) ⁽⁶⁾	728	1.295	1.886	1.835
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	808	4.951	1.272	3.288
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	84	2.710	490	2.130
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) ⁽⁶⁾	-	8	33	131
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽⁶⁾	395	2.233	749	1.027
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ^{(3) (7)}	329	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros ⁽²⁾	(43.135.090)	(2.071.248)	(23.155.083)	(1.511.983)
Banco Santander ⁽⁶⁾	(43.135.090)	(2.071.248)	(23.155.083)	(1.140.546)
Santander Leasing ⁽⁶⁾	-	-	-	(371.437)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(135)	(127.631)	(2.242)	(93.063)
Banco Santander ^{(4) (6)}	(100)	(127.631)	(2.220)	(93.063)
Banco Santander, S.A. - Espanha ⁽⁸⁾	(35)	-	(22)	-

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2012, as aplicações com vencimento em até 3 meses montam R\$ 1.362.229, de 3 a 12 meses R\$ 8.455.034 e acima de 12 meses R\$ 7.727.570.

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2012, os depósitos com vencimento em até 3 meses montam R\$ 3.277.059, de 3 a 12 meses R\$ 24.247.575 e acima de 12 meses R\$ 15.610.456.

⁽³⁾ Atual denominação social da Santander Seguros S.A.

⁽⁴⁾ As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional e outras despesas operacionais.

⁽⁵⁾ Controlador da Aymoré CFI (Nota 15.c).

⁽⁶⁾ Referem-se a subsidiárias do controlador Banco Santander.

⁽⁷⁾ Coligada do controlador indireto do Banco Santander.

⁽⁸⁾ Controlador indireto do Banco Santander.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro relacionadas a realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e outras informações necessárias às operações de crédito.

17. Despesas Administrativas e Tributárias

Despesas de pessoal incluem despesas com remuneração, encargos sociais, benefícios e despesas com treinamento.

Outras despesas administrativas incluem, principalmente, despesas de convênio operacional com o Banco Santander no valor de R\$ 118.264 (2011 - R\$ 84.579) e serviços técnicos especializados e de terceiros de R\$ 67.214 (2011 - R\$ 37.464).

Despesas tributárias incluem, principalmente, despesas com Cofins, PIS/Pasep e ISS.

18. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	3.534	9.058
Atualização de Depósitos Judiciais	15.128	8.464
Recuperação de Encargos e Despesas	67.191	24.132
Outras	222	1.943
Total	86.075	43.597

DIRETORIA

Diretor Presidente - Luís Felix Cardamone Neto

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia
Angel Oscar Agallano*
Carlos Alberto López Galán*

Luiz Felipe Taunay Ferreira
Oscar Rodriguez Herrero*

Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Marco Antônio Martins de Araújo Filho

* Posse pendente de confirmação do visto de concomitância.

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

19. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	2.738	1.443
Trabalhistas (Nota 13.c)	49.024	11.227
Cíveis (Nota 13.c)	52.194	28.184
Outras	23.587	18.618
Comissões	9.063	6.893
Despesas com Serasa/Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	3.926	4.403
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	845	1.879
Despesas com Registro de Contratos	34.401	20.915
Outras	12.812	8.614
Total	188.590	102.176

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(77.774)	156.718
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(24.410)	(19.667)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(13.840)
Resultado antes dos Impostos	(102.184)	123.211
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	40.874	(49.285)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	4.379	2.432
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽²⁾	-	7.108
Demais Ajustes	4.152	2.398
Imposto de Renda e Contribuição Social	49.405	(37.347)

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

⁽²⁾ Efeito do diferencial de alíquota referente a MP 413/2008 (convertida na Lei 11.727/2008) que, entre outras medidas, determina a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% para instituições financeiras.

21. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Contribuição Definida

A Aymoré CFI patrocina, juntamente com o Banco Santander, o plano SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

Os valores apropriados no primeiro semestre de 2012 em despesa de pessoal referente ao plano foram de R\$ 140 (2011 - R\$ 44).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No primeiro semestre de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$ 47 (2011 - R\$ 95) para o Programa Global e R\$ 316 (2011 - R\$ 170) para o Programa Local, registrados em despesas de pessoal.

Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do Programa Local no valor de R\$ 52 (2011 - R\$ 43) como despesas de pessoal. As despesas relacionados aos planos são reconhecidas em contrapartida de outras obrigações.

22. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Aos Administradores e Acionistas da
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base

São Paulo, 14 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.